



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA - LICENCIATURA**

**O Plano Cohen e a construção da narrativa maçônica como estratégia anticomunista na  
produção intelectual de Gustavo Barroso (1937).**

**FELIPE BRIXNER ZÜGE**

Foz do Iguaçu  
2024



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE  
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)**

**HISTÓRIA - LICENCIATURA**

**O Plano Cohen e a construção da narrativa maçônica como estratégia anticomunista na  
produção intelectual de Gustavo Barroso (1937).**

**FELIPE BRIXNER ZÜGE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de História licenciatura

Orientador: Prof. Dr. Paulo Renato

Foz do Iguaçu  
2024

“Acabo de pingar o último ponto do meu esboço. Custou! Se me perguntares se estou satisfeito com o que fiz, dir-te-ei francamente: não! Imaginava outra coisa e não pude realizá-la, parte por culpa minha, parte por culpa das circunstâncias. Acreditei muito na extensão da vida e na brevidade da arte, e fui punido”.

**Capistrano de Abreu**

## RESUMO

O estudo analisa a influência da narrativa antimaçônica na produção intelectual de Gustavo Barroso, destacado autor das milícias integralistas, e sua contribuição para a construção do anticomunismo no Brasil durante a década de 1930. O objetivo é investigar como as obras de Barroso influenciaram o Plano Cohen (1937) e a retórica anticomunista da época, e que serviram como arcabouço para a proclamação do Estado Novo de Vargas (1937-1945). Para tal fim, foi feita uma análise comparativa das obras de Barroso, como "Judaísmo, Maçonaria e Comunismo" (1937) e "A História Secreta do Brasil" (1937), com trechos do Plano Cohen que fazem menção direta à maçonaria. Os resultados revelam a visão de Barroso sobre a maçonaria, comunismo e judaísmo, destacando a associação desses elementos em um suposto plano judaico-comunista de dominação mundial. Barroso propagava ideias antissemitas e anticomunistas, alegando que o comunismo e o capitalismo eram controlados pelos judeus e visavam destruir a civilização cristã. Suas obras contribuíram para disseminar uma narrativa de conspiração que alimentava o anticomunismo e posições antimaçônicas. Após a divulgação do Plano Cohen, houve uma intensificação do sentimento anticomunista na sociedade, levando ao fechamento de lojas maçônicas e ações contra supostos elementos subversivos. A análise histórica de Barroso fornece aspectos relevantes sobre as forças que moldaram e moldam o presente político brasileiro, destacando a ressurgência de posições autoritárias e ultranacionalistas, e como estas posições por vezes se utilizam da construção de um discurso conspiratório e preconceituoso para justificação de suas ações.

**Palavras-chave:** Gustavo Barroso, plano Cohen, maçonaria, anticomunismo, antissemitismo

## RESUMEN

El estudio analiza la influencia de la narrativa antimasónica en la producción intelectual de Gustavo Barroso, destacado autor de las milicias integralistas, y su contribución a la construcción del anticomunismo en Brasil durante la década de 1930. El objetivo es investigar cómo las obras de Barroso influenciaron el Plan Cohen (1937) y la retórica anticomunista de la época, y que sirvieron como marco para la proclamación del Estado Novo de Vargas (1937-1945). Para este fin, se realizó un análisis comparativo de las obras de Barroso, como "Judaísmo, Masonería y Comunismo" (1937) y "La Historia Secreta de Brasil" (1937), con fragmentos del Plan Cohen que hacen mención directa a la masonería. Los resultados revelan la visión de Barroso sobre la masonería, el comunismo y el judaísmo, destacando la asociación de estos elementos en un supuesto plan judío-comunista de dominación mundial. Barroso propagaba ideas antisemitas y anticomunistas, alegando que el comunismo y el capitalismo estaban controlados por los judíos y tenían como objetivo destruir la civilización cristiana. Sus obras contribuyeron a difundir una narrativa de conspiración que alimentaba el anticomunismo y posiciones antimasónicas. Tras la divulgación del Plan Cohen, hubo una intensificación del sentimiento anticomunista en la sociedad, lo que llevó al cierre de logias masónicas y acciones contra supuestos elementos subversivos. El análisis histórico de Barroso proporciona aspectos relevantes sobre las fuerzas que moldearon y moldean el presente político brasileño, destacando el resurgimiento de posiciones autoritarias y ultranacionalistas, y cómo estas posiciones a veces recurren a la construcción de un discurso conspirativo y prejuicioso para justificar sus acciones.

**Palabras clave:** Gustavo Barroso, plan Cohen, masonería, anticomunismo, antisemitismo

## 1 INTRODUÇÃO

O Plano Cohen, um episódio controverso na história política do Brasil, desencadeou uma série de eventos que moldaram a narrativa anticomunista no país durante a década de 1930. Este plano fictício alegava uma conspiração comunista e maçônica, e suas implicações tiveram um alcance significativo nas esferas política, social e cultural do Brasil. O presente trabalho se dedica à análise da influência da narrativa maçônica na produção intelectual de Gustavo Barroso, um destacado autor integralista da época, e sua contribuição para a construção do anticomunismo presente no Plano Cohen e nas obras integralistas. Fato é que o objetivo deste trabalho não é analisar a maçonaria em si durante o governo de Vargas até o plano Cohen, mas como este sentimento anti maçônico presente no plano foi construído dentro da literatura integralista. Pouco importa observar a sua interferência ou não durante os eventos de 1930 até 1937, mas como o sentimento de medo que foi imposto a essa instituição tratou de alterar os rumos da história, fazendo parte do plano que inicia o "Estado novo" (1937-1945).

A década de 1930 foi um período de intensa agitação política e transformação no Brasil. Getúlio Vargas havia ascendido ao poder por meio da Revolução de 1930<sup>1</sup> e cada vez mais se encaminhava para seu regime autoritário, conhecido como o "Estado Novo". Nesse contexto, o anticomunismo e o integralismo ganharam força. O anticomunismo, em particular, era uma preocupação central para o governo e para aqueles que o apoiavam, dada a ascensão do comunismo na União Soviética em 1917 e a "Intentona" Comunista no Brasil em 1935.

O Plano Cohen, que surgiu em 1937, desempenhou um papel fundamental na promoção do anticomunismo no Brasil. Ele alegava a existência de uma conspiração comunista e maçônica que visava à tomada do poder no país. Esta narrativa foi habilmente utilizada como uma ferramenta de mobilização e propaganda pelo governo de Vargas e seus aliados, que viram nessa suposta conspiração uma justificativa para restringir as liberdades civis e perseguir opositores políticos.

---

<sup>1</sup> Após ser derrotado pelo candidato Julio Prestes do PRP, Getúlio Vargas começa a fazer acusações que as eleições foram fraudadas, e dentro do partido começam a surgir ideais de uma tomada de poder mais enérgica da parte de Vargas. Em 3 de outubro de 1930, teve início o movimento armado civil e militar contra o governo do Washington Luís, que ainda era o presidente.. Esse movimento formado por membros da Aliança Liberal, partido de Vargas, e também de ex-tenentistas, começa a tomar conta do país, com os revoltosos tomando Estados da Federação. No dia 24, o presidente Washington Luís foi deposto, quando uma junta militar passa a governar o Brasil. Uma junta militar acabou governando o Brasil de 24 de outubro até 3 de novembro, quando finalmente Getúlio Vargas foi declarado presidente do Governo Provisório, período que compreende de 1930 até a Constituição de 1934, período chamado de "Governo Provisório de Getúlio Vargas."

A relação entre a maçonaria e o comunismo, tal como observada nas principais obras de Gustavo Barroso, é um dos pontos focais deste estudo. Gustavo Barroso (1888-1959), intelectual e escritor integralista proeminente, contribuiu significativamente para a difusão das ideias anticomunistas no Brasil por meio de sua produção literária. Sua abordagem das temáticas da maçonaria e do comunismo em suas obras oferece uma janela para compreender como esses dois elementos foram usados como parte da retórica anticomunista durante o Estado Novo. O autor do Plano Cohen, Olímpio Mourão Filho, era um integralista e, como tal, é plausível que tenha se inspirado em Gustavo Barroso. A análise das obras de Barroso e sua possível influência sobre o Plano Cohen oferecem uma visão valiosa sobre a interconexão entre as esferas intelectual e política no contexto do anticomunismo no Brasil.

Analisamos como Gustavo Barroso articula comunismo, judaísmo e maçonaria a partir do conceito de representação. Segundo Roger Chartier, o conceito de representação está relacionado à forma como “um grupo impõe, ou tentar impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são seus, e o seu domínio.” (CHARTIER, 2002, p. 17). Nessa imposição ou tentativa de imposição, são fundamentais os “esquemas intelectuais incorporados”, a partir dos quais “o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço ser decifrado.” (CHARTIER, 2002, p. 17). No caso de Barroso, os preconceitos contra o judaísmo e a maçonaria foram mobilizados pelo autor em sua construção de uma “ameaça comunista” que rondaria o Brasil.

Este estudo se insere em um contexto histórico crucial para a compreensão da evolução política do Brasil no século XX. Além disso, ele busca abrir uma discussão sobre como esses fenômenos históricos podem dar luz para as dinâmicas políticas contemporâneas. Os vetores do anticomunismo e do integralismo, explorados nesta pesquisa, emergem como elementos de profunda ressonância na esfera política contemporânea brasileira. Este fenômeno se ilustra de maneira vívida por incidentes recentes, como o atentado perpetrado contra a sede da equipe de humor "Porta dos Fundos", quando a produtora do grupo foi alvo de ataques com coquetéis Molotov promovidos por indivíduos identificados com a corrente neointegralista<sup>2</sup> (Neto e Gonçalves, 2020, p. 68). Compreender as origens históricas destes movimentos pode lançar luz sobre o fortalecimento do autoritarismo e ultranacionalismo em nosso contexto político.

---

<sup>2</sup> Vale a pena ressaltar que o autodeclarado autor do atentado, Eduardo Fauzi, era uma das lideranças da Accale (Uma associação voltada para a difusão do pensamento nacionalista brasileiro), militante da FIB (Frente Integralista Brasileira; Uma associação neointegralista bastante proeminente, principalmente no cenário digital) e filiado ao PSL desde 2001. (Neto e Gonçalves, 2020)

A estrutura deste artigo compreenderá as seguintes seções: Exploraremos o contexto histórico do Plano Cohen, seguido pela análise da produção intelectual de Gustavo Barroso, e, por fim, discutiremos a influência das obras de Barroso no Plano Cohen e o anticomunismo da época. Esta pesquisa tem como objetivo fornecer uma contribuição significativa para o entendimento da história política do Brasil e suas implicações atuais.

## **2.1 O GOVERNO PROVISÓRIO DE VARGAS (1930-1934).**

Internacionalmente no período do governo provisório, a ascensão de regimes totalitários na Europa, como o nazismo na Alemanha em 1933 e o fascismo na Itália em 1922, gerou uma atmosfera de desconfiança e instabilidade. O comunismo emergiu como uma força global, encontrando eco em várias partes do mundo, inclusive na América Latina.

No contexto nacional, em março de 1922, um grupo heterogêneo de comunistas brasileiros formou o PCB. Esse momento histórico foi influenciado pelas conquistas dos camaradas russos em 1917 e pela organização comunista no Brasil. Essa ascensão do comunismo gerou preocupação nas elites brasileiras e, posteriormente, no governo provisório de Vargas, que viam no comunismo uma ameaça à ordem estabelecida e à estabilidade política do país.

Culturalmente, a década de 1920 foi marcada por um ambiente de efervescência intelectual e cultural, com o surgimento de movimentos como o modernismo, que questionava os valores e a estética da elite dominante. A Semana de Arte Moderna de 1922 foi um marco nesse contexto, representando a busca por uma identidade cultural brasileira e uma crítica aos valores conservadores. Surgiram debates sobre se essa cultura estava nos morros, na “alta cultura” brasileira ou nos regionalismos. Essa discussão sobre regionalidade e cultura brasileira se tornou um ponto central dos debates em torno da questão do que é a nação brasileira, o que seria ponto central durante o governo varguista, ponto de debate inclusive dentro dos círculos integralistas, já que o próprio Plínio Salgado, chefe do integralismo no Brasil, havia participado indiretamente da Semana de Arte Moderna de 1922<sup>3</sup>.

No plano social, o Brasil passava por um processo acelerado de urbanização e industrialização. O crescimento das cidades, especialmente em regiões como São Paulo e Rio

---

<sup>3</sup> Plínio Salgado não participou diretamente da Semana de 1922, porém foi mencionado por Menotti del Picchia durante o evento como um poeta associado ao espírito moderno. Seus poemas como *Tabor* de 1919, e mais posteriormente *O Estrangeiro* (1926) o consolidaram como um dos nomes da poesia modernista no Brasil.



de Janeiro, resultou em uma série de desafios, como a falta de infraestrutura, a precariedade das condições de trabalho e a concentração de poder nas mãos de poucos como as elites estaduais.

A chegada de Getúlio Vargas ao poder em 1930 foi marcada por uma série de eventos e estratégias políticas. Vargas se apresentava como uma figura capaz de representar as demandas por reformas e mudanças no sistema político do país.

Uma das primeiras mudanças de Getúlio Vargas ao assumir o poder neste contexto conturbado foi destituir os governadores das federações e apontar nomes escolhidos por ele para governar, em um sistema que comumente se chamou na historiografia deste período de “política de interventores”. Um dado que aponta para a fragilidade desta política como maneira de apaziguar os conflitos regionais é que, segundo Levine (1980), durante o período de 1930 a 1935, os 20 estados da federação e o Distrito Federal foram governados por 94 interventores. Essa intensa troca de interventores demonstrava as dificuldades que Vargas teria para manter o poder, tendo que equilibrar os eventuais conflitos que apareceriam.

Além disso, foram implementadas mudanças sociais, como a criação do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Entre 1931 e 1934, foram promulgadas leis de proteção ao trabalhador, estabelecendo a jornada de trabalho de 8 horas, regulamentação do trabalho feminino e infantil, férias e aposentadoria. Essas medidas culminaram na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), pautas que já eram discutidas anteriormente e se mostravam de caráter central para a Aliança Liberal.

Neste contexto em que deveria administrar os conflitos, Vargas tratou de fazer uma política de eliminar seus inimigos, contrários ao seu governo. Um desses casos foi a revolução constitucionalista de 1932, liderada por membros das elites paulistas. Iniciando-se em 9 de julho daquele ano, a revolução mobilizou amplos setores da sociedade paulista. A resistência dos revolucionários durou cerca de três meses, enfrentando a superioridade militar do governo central. Como resultado direto da revolução, Vargas reconheceu a necessidade de responder às demandas por uma nova constituição. Em 1933, foi convocada uma Assembleia Nacional Constituinte, que tinha como objetivo elaborar uma nova Carta Magna para o país. A Constituição de 1934 foi promulgada no ano seguinte prevendo maior descentralização política e mais autonomia dos estados.

Após sua promulgação, Vargas foi eleito indiretamente presidente da República. A nova constituição estabelecia que o mandato de todos era de quatro anos, não sendo permitido a reeleição. Portanto, as próximas eleições seriam em 1938 e Vargas não poderia ser candidato. Vargas sempre foi um grande crítico da constituinte de 1934, abertamente falando contra ela,

nunca fez questão de esconder seu descontentamento. Em um discurso, no plenário da Assembleia, em 20 de julho de 1934, ele afirma que:

Quem examinar atentamente a matéria da nova Constituição verificará, desde logo, que ela fragmenta e dilui a autoridade, instaura a indisciplina e confunde, a cada passo, as atribuições dos Poderes da República. [...] A Constituição de 1934, ao revés da que se promulgou em 1891, enfraquece os elos da Federação; anula, em grande parte, a ação do Presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem, ao desenvolvimento normal da administração; acoroça as Forças Armadas à prática do faccionismo partidário, subordina a coletividade, as massas proletárias e desprotegidas ao bel-prazer das empresas poderosas; coloca o indivíduo acima da comunhão  
(VARGAS, 1934)

Durante este governo chamado de Constitucional, Vargas enfrentou desafios com a Constituinte de 1933-1934. Teve que fazer concessões e retirou os tenentistas de seu governo, substituindo-os por políticos que o apoiaram durante o processo de elaboração da mesma.<sup>4</sup> Marcos Napolitano (2018) aponta também que, neste período, houve uma reforma administrativa dentro do exército, em que militares da alta patente viam que os tenentistas estavam ganhando espaços políticos demasiado importantes. Nesta reforma administrativa, exigiam de Vargas uma mudança em relação a isto, já que, como apontou o próprio Góis Monteiro, chefe desta reforma, “É preciso acabar com a política no exército, para fazer a política do exército”, acusando assim os tenentistas de estarem rompendo com a hierarquia de dentro das forças armadas, o que era muito caro para esses militares de alta patente. Este fato influenciou Vargas a retirar esses tenentes de seu governo. Muitos tenentistas, revoltados com a traição de Vargas, se voltaram à esquerda, juntando-se à Aliança Nacional Libertadora (ANL) ou à direita na Ação Integralista Brasileira (AIB). (NAPOLITANO, 2018, p. 100).

## 2.2 A ALIANÇA NACIONAL LIBERTADORA - ANL

---

<sup>4</sup> A Grande Guerra (1914-1918) e a efetivação do serviço militar obrigatório no Brasil ampliaram o espaço dos militares. Os tenentes, militares de baixa patente, passaram a se organizar para reivindicar melhorias no Exército. Além disso, adotaram um discurso político marcado pela crítica às elites estaduais, as quais consideravam corruptas. Contra essas elites, defendiam o voto secreto, a expansão do ensino e um governo centralizado. Dentre as revoltas tenentistas mais importantes estão a do Rio de Janeiro em 1922 – conhecida como a Revolta dos 18 do Forte de Copacabana – e a que ocorreu dois anos depois em São Paulo.

No contexto de tensões crescentes, a ANL e a AIB ganharam destaque. A ANL, inspirada nos modelos de frentes populares antifascistas europeias<sup>5</sup>, que ganhavam força com o avanço do nazifascismo, defendia propostas anti-imperialistas, a reforma agrária e fazia duras críticas ao governo Vargas, já denunciando o seu caráter ditatorial antes mesmo do golpe do Estado Novo. Em julho de 1935, poucos meses após a sua criação, a ANL foi colocada na ilegalidade, logo após a aprovação da Lei de Segurança Nacional, promulgada um mês após a criação do partido, em abril de 1935.

A Lei de nº38, de 4 de abril de 1935, chamada de Lei de Segurança Nacional tinha diversos aparatos para frear o avanço da luta comunista. (NUNES, 2010, p. 92) Essa lei considerava crimes contra a ordem social os seguintes pontos: “*Art. 14. Incitar directamente o odio entre as classes sociaes.*” e “*Art. 15. Instigar as classes sociaes á luta pela violencia.*” (BRASIL, Lei nº 38 de 4 de Abril de 1935, s. /p ).

No mesmo ano em que foi fundada e posta na ilegalidade, a ANL chefiada por Luis Carlos Prestes começa a tramar um movimento armado conhecido como Levante comunista de 35 com intenções de derrubar o governo de Vargas e estabelecer um governo popular democrático. Esse movimento tem adesão de muitas lideranças do PCB que estava alinhado com os objetivos imediatos da ANL, a qual conquistou milhares de simpatizantes e importantes líderes civis e militares que participaram da Revolução de 1930.

Em 23 de novembro de 1935, eclodiu uma revolta em Natal, capital do Rio Grande do Norte, liderada por oficiais militares de baixa patente que buscaram apoio dos comunistas. A rebelião foi rapidamente suprimida e os participantes foram presos. No entanto, a rebelião em Natal inspirou uma revolta semelhante em Pernambuco, que começou em 24 de novembro de 1935, no 29º Batalhão de Caçadores na cidade de Recife. A rebelião foi liderada por oficiais militares comunistas e rapidamente se espalhou para outras partes da cidade. Prestes convence o PCB a apoiar os movimentos revolucionários no Nordeste, deflagrando uma revolução no Rio de Janeiro em que “*a reação das forças legalistas foi rápida e os embates do Rio de Janeiro ficaram restritos aos quartéis.*” (PANDOLFI, 2004a, p. 179)

Esse levante não acontece como o esperado por Prestes, terminando com seus revolucionários sendo presos e muitos até mesmo torturados. Esse levante recebe a taxa pejorativa de “Intentona comunista”, não sendo considerada minimamente como uma ameaça real de tomada de poder pelos comunistas. Após o episódio, o governo aprovou uma segunda

---

<sup>5</sup> Temos por exemplo a *Concentrazione d'azione Antifascista*, organização antifascista Italiana fundada em 1927, em que os militantes brasileiros se inspiraram e buscavam reconhecimento frequentemente. (ARANTES, 2020, p. 3).

lei, a Lei no 136, de 14 de Dezembro de 1935, que aumentava ainda mais os crimes ditos contra a “segurança nacional” e cerceava ainda mais a liberdade dos trabalhadores que estivessem alinhados ao comunismo, como podemos observar no artigo 13 desta lei, que se refere diretamente à já mencionada Lei da segurança nacional:

Art. 13. Nenhuma empresa, instituição, ou serviço criado ou mantido pela União, Estados ou Municípios, poderá ter funcionarios, empregados ou operarios filiados, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, agremiação ou junta de existencia prohibida nesta lei ou na de n.38, ou que tiverem commettido, ha menos de 40 annos, qualquer dos actos definidos como crime nas mesmas leis, sob pena de demissão dos directores ou administradores responsaveis, ou, se estes forem funcionarios publicos, com as garantias do artigo 169 da Constituição Federal, de afastamento do cargo e de exoneração, nos termos do art. 1º da presente lei. (BRASIL, Lei nº 136 de 14 de Dezembro de 1935, s. /p ).

O historiador Boris Fausto aponta que a tentativa de uma tomada de poder pelos comunistas foi um “presente” para as camadas civis e militares que, desde 1930, clamavam por um governo autoritário, já que a democracia não seria capaz de conter os avanços do comunismo (FAUSTO, 2006, p. 76). Ao final de 1935, o Congresso aceita a solicitação de Vargas para decretar estado de sítio, o que restringia as liberdades civis e políticas no país. Essa medida, inicialmente aplicada em resposta à Intentona Comunista, perdurou por mais de um ano, sendo sucessivamente prorrogada até julho de 1937 (FAUSTO, 2006, p. 76)

Em meio a esse cenário, Vargas contou com a ajuda da AIB, um movimento brasileiro inspirado no fascismo italiano. A AIB pregava a violência política contra seus adversários, incluindo a ANL.

### **2.3 A AÇÃO INTEGRALISTA BRASILEIRA - AIB**

Sendo bastante diferentes do fascismo de Mussolini, os integralistas buscavam contribuir para a formação da nação brasileira, buscando inspiração na cultura. Plínio Salgado, líder do movimento integralista, buscou uma espécie de nativismo brasileiro, tendo o nativo indígena como sendo um representante da brasilidade, em sua busca de encontrar as raízes do Brasil.

O anticomunismo foi um elemento central da AIB. A organização se posicionava como uma força de combate ao comunismo, considerado um inimigo interno que ameaçava a nação brasileira. A AIB promoveu uma série de ações e discursos anticomunistas durante o governo varguista. Realizavam desfiles, manifestações e mobilizações públicas, muitas vezes

com elementos de violência, para combater supostas influências comunistas na sociedade brasileira. Além disso, a organização difundia suas posições por meio de jornais, panfletos e discursos, nos quais denunciavam a ameaça comunista e defendiam a necessidade de uma liderança forte para proteger o país.

A retórica anticomunista da AIB estava em consonância com o clima político e social da época. A década de 1930 foi marcada por tensões políticas e sociais, tanto no Brasil quanto no cenário internacional. A ascensão de regimes autoritários na Europa, como o nazismo na Alemanha e o fascismo na Itália, influenciou movimentos políticos no Brasil e alimentou o anticomunismo.

A AIB via o comunismo como uma ameaça não apenas política, mas também cultural e moral. Considerava o comunismo como uma ideologia que minava os “valores tradicionais” da sociedade, como a família, a religião e a propriedade privada. Para a AIB, combater o comunismo significava defender a ordem social e os interesses nacionais, incluindo principalmente a religião católica, que consideravam estar sendo atacados pelos ideais comunistas. Plínio Salgado, líder da AIB, publicou a obra *A Luta pelo Catolicismo* em 1933, na qual expressa seu anticomunismo e a importância da fé católica na luta contra o comunismo.

Recentemente, os historiadores Odilon Caldeira Neto e Leandro Pereira Gonçalves, em seu livro *O fascismo em camisas verdes* (2020, p. 18) apontam que o integralismo teve a sua maior adesão por conta do anticomunismo crescente que estava sendo espalhado no Brasil, tanto pelas obras dos integralistas como pelo medo de uma “ameaça vermelha” real, fator que se intensificou após o levante comunista de 1935.

A AIB exerceu influência significativa na sociedade brasileira da época, mobilizando um número considerável de seguidores. A organização promovia manifestações públicas, desfiles e comícios, nos quais reforçava o anticomunismo como parte de sua mensagem. A propaganda da AIB explorava o medo do comunismo e buscava conquistar a adesão popular por meio da exaltação dos valores tradicionais e da defesa da ordem social.

## **2.4 O PLANO COHEN**

O ano de 1937 foi marcado por um clima político tenso e repleto de disputas entre Getúlio Vargas e os candidatos à presidência para o ano de 1938: Armando Sales de Oliveira, governador de São Paulo; José Américo de Almeida, principal representante dos tenentistas; e o já citado Plínio Salgado, líder e representante da AIB. Vargas, nesse momento, buscava meios de manter-se no poder e enfrentava a oposição crescente de seus adversários políticos, que

questionavam a legitimidade de seu governo e buscavam uma alternativa para o comando do país.

É importante lembrar que, em meio à campanha eleitoral de 1937, o clima político já estava permeado por medidas de repressão por parte do governo de Getúlio Vargas. O estado de sítio, inicialmente aplicado em resposta à Intentona Comunista, perdurou por mais de um ano, criando um ambiente de maior controle e censura no contexto eleitoral. Neste mesmo contexto, “Em junho de 1937, o Congresso rejeitou o pedido do governo de prorrogação do estado de guerra, em vigor desde abril do ano anterior”. (PANDOLFI, 2004b, p. 186). Essa rejeição do Congresso, porém, não iria perdurar por muito tempo.

Paralelamente às disputas eleitorais, o General Góis Monteiro exercia um papel de destaque nos bastidores políticos. Como chefe do Estado-Maior do Exército e um dos principais apoiadores de Vargas, Monteiro consolidou uma aliança militar em torno do presidente. Sua influência nos rumos do país e seu engajamento na política nacional contribuíram para a formação de um clima tenso e de incertezas. A atuação de Monteiro visava garantir a continuidade do governo de Vargas, respaldando suas decisões e contrapondo-se à oposição.

No dia 30 de setembro de 1937 ocorre a divulgação de um suposto plano comunista, captado pelo Estado Maior do Exército. Este é primeiramente divulgado por Vargas no programa de rádio *A hora do Brasil*<sup>6</sup>. A notícia começa a se espalhar e os jornais começam a divulgar os horrores do dito *Plano Cohen* para o Brasil. Dentre os supostos planos da Internacional Comunista para o Brasil estariam: A eliminação de indivíduos somente por serem contrários à revolução; A excitação, de maneira sexual, às massas; e até mesmo os chamados “comitês de incêndio”, responsáveis por atear fogo em prédios da cidade. Entre os planos citados, podemos chamar a atenção para o texto que será base para nossa análise:

Mais adiante dizem as "instruções", ser preciso "interessar as forças maçônicas na campanha, não com o caracter inhabil que tem sido dado á campanha feita ás claras pela maçonaria, fornecendo armas ao integralismo perante os catolicos que não toleram a maçonaria" (apud CORREIO DA MANHÃ, 1 out. 1937, p. 3)

Para Orides Mezzaroba (1992, p. 96), “o texto transparece ter sido elaborado por alguém extremamente dominado pela fantasia, o que sem dúvida nenhuma contribuiu decisivamente para desarmar qualquer reação ao golpe”.

---

<sup>6</sup> O programa *A hora do Brasil* foi um programa que servia como propaganda do governo Vargas, sendo coordenado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), mesmo setor responsável pela censura (PANDOLFI, 2018, p. 110)

O suposto Plano Cohen, amplamente divulgado por Getúlio Vargas, despertou um clima de medo e insegurança na sociedade brasileira. A notícia de um plano comunista para o Brasil, contendo supostas estratégias de subversão e violência, causou indignação e mobilizou a opinião pública contra a “ameaça” comunista. A imprensa desempenhou um papel fundamental na disseminação dessas informações, ampliando o impacto do anticomunismo na sociedade. Os jornais, alinhados com o governo Vargas, divulgaram detalhes do Plano Cohen, retratando-o como uma ameaça iminente à ordem social e ao país como um todo. O trecho acima citado também foi publicado no principal jornal integralista, “A razão”, em 7 de Outubro de 1937.

A divulgação do Plano Cohen não apenas aumentou o clima de anticomunismo, mas também proporcionou a Vargas uma oportunidade para reforçar seu poder e legitimar medidas autoritárias. Henriques aponta que tão logo o plano foi divulgado, a Câmara dos Deputados aceita o pedido e declara o “estado de guerra” solicitado por Vargas (HENRIQUES, 1961, p. 415). No dia 10 de novembro, Vargas decreta o Estado Novo, consolidando suas ambições autoritárias. Com o golpe, Vargas dissolveu o Congresso Nacional, suspendeu as liberdades civis e políticas e estabeleceu um regime ditatorial.

Há diversas versões sobre a elaboração do plano. O que se sabe é que foi uma farsa, sem nenhum respaldo factual nela.

“Cabe esclarecer que vinte anos depois da divulgação do Plano, o próprio GOES confirmou a falsidade do documento. Segundo GOES, o Plano havia sido elaborado por um oficial integralista, o então capitão OLYMPIO MOURÃO FILHO, nas dependências do Estado-Maior do Exército.” (MEZZARROBA, 1992, p. 95 )

Olímpio Mourão Filho acumulava as funções de oficial do Estado-Maior do Exército e chefe do serviço de informações da AIB, o que explica as inúmeras vezes em que a AIB é mencionada durante o Plano Cohen: “o clero, meio onde o integralismo vem fazendo um progresso formidável (...) a técnica a ser utilizada é a de identificar o movimento integralista com o nazismo, actualmente o maior perseguidor da igreja catholica” (apud CORREIO DA MANHÃ, 1 out. 1937, p. 3).

Ou seja, podemos observar uma interferência direta do integralismo na formação do plano Cohen por Olímpio Mourão Filho, leitor das obras integralistas e membro bastante ativo das milícias do grupo, cabendo a ele educar militarmente, pedagogicamente e moralmente as suas bases (TRINDADE, 1974, p.179-180 *in* DANTAS, 2014b, p. 52) Porém, o envolvimento de outras lideranças integralistas no golpe é controverso. Segundo o próprio

Olímpio Mourão Filho, este teria recebido a tarefa de Plínio Salgado de fazer um plano de subversão comunista para utilização de treinamento das milícias integralistas. Contudo, este teria sido recusado pelo próprio Plínio. Além disso, há diversas interpretações sobre se Goes Monteiro sabia ou não que o plano era fictício ao leva-lo para o Presidente da República (SILVA, 1978, p. 25 *apud* DANTAS, 2014a, p. 138)

A ação conjunta entre os integralistas e os militares fortaleceu o discurso anticomunista, ampliando sua repercussão e legitimidade. Através de discursos inflamados, panfletos, jornais e comícios, os integralistas buscaram convencer a população de que a única alternativa para combater o comunismo era apoiar o governo autoritário de Vargas e a adoção de medidas mais enérgicas. O clima de medo e suspeita que se seguiu à divulgação do plano levou a uma onda de repressão política. Muitos opositores, incluindo comunistas e maçons, foram perseguidos e presos. A maçonaria, em particular, foi alvo de intensa hostilidade, uma vez que foi retratada como uma organização subversiva e perigosa.

## **2.5 O AUTOR: GUSTAVO BARROSO**

Gustavo Barroso, figura proeminente no cenário intelectual e político do Brasil na década de 1930, desempenhou um papel fundamental na divulgação do Plano Cohen e na promoção do anticomunismo integralista. Barroso, nascido em 1888, era um polímata, autor prolífico e historiador. Sua influência na literatura e no pensamento integralista foi notável. Integrou a Academia Brasileira de Letras, tendo sido nomeado em março de 1923.

Como membro ativo do movimento integralista, Barroso desempenhou um papel relevante na difusão das ideias do grupo, que incluíam o anticomunismo como parte central de sua plataforma ideológica. Em suas obras, frequentemente associava o comunismo à maçonaria, criando uma narrativa que reforçava o medo e a aversão a ambas as entidades.

Barroso é particularmente conhecido por seu trabalho de pesquisa e escrita em História, etnografia e Antropologia. Seus livros e artigos refletiam não apenas suas opiniões integralistas, mas também suas visões antissemitas e anticomunistas. Em suas publicações, argumentava que a maçonaria, frequentemente retratada como uma organização secreta e influente, estava por trás da disseminação do comunismo no Brasil, como em suas obras *História secreta do Brasil*, originalmente composta por 3 volumes, porém a obra analisada foi compilada em um volume único (1937b), *Brasil - Colônia de banqueiros* (1934) e *Judaísmo, maçonaria e comunismo* (1937a), entre outras. Essas ideias tiveram um impacto significativo na construção da narrativa anticomunista que permeava a sociedade brasileira na época.



É importante destacar que, devido ao seu papel de destaque no movimento integralista, Gustavo Barroso teve influência direta na disseminação das ideias integralistas e, conseqüentemente, na retórica anticomunista e antimaçônica. Isso estabelece um vínculo significativo entre suas obras e o Plano Cohen, uma vez que o autor deste plano, Olímpio Mourão Filho, também era um integralista e, subordinado de Gustavo Barroso dentro do movimento (SILVA, Op. Cit., p.110. *apud* DANTAS, 2014a, p. 137) que já era um nome bastante proeminente no cenário político e acadêmico, principalmente dentro da própria AIB. Dantas (2014b) afirma que provavelmente a recusa de Plínio à versão do plano elaborada por Mourão Filho se deu por conta do antissemitismo presente no plano, tema que era motivo de disputa entre Salgado e Barroso (DANTAS, 2014b, p. 136).

O antissemitismo também estava presente nas obras integralistas, e a maçonaria era muitas vezes associada a supostos interesses judaicos. Essa retórica antissemita contribuía para a construção de uma narrativa de conspiração que alimentava o anticomunismo. Portanto, a literatura integralista representava uma combinação de elementos nacionalistas, anticomunistas, antimaçônicos, bem como antissemitas. Era uma ferramenta essencial para a mobilização e a promoção dessas ideias entre os seguidores do movimento. A análise das obras de Gustavo Barroso dentro desse contexto contribuirá para uma compreensão mais completa de como essas ideias foram difundidas e integradas no discurso integralista.

A relação entre o Plano Cohen e as obras de Barroso é um elemento-chave desta pesquisa. A influência das ideias de Barroso sobre o Plano Cohen e a construção do anticomunismo da época será analisada de modo a esclarecer como as obras do autor contribuíram para a disseminação de narrativas que associavam a maçonaria ao comunismo e fortaleciam o discurso anticomunista.

### **2.5.1 Apresentação das obras de Gustavo Barroso**

A seleção de textos específicos de Gustavo Barroso para análise será realizada considerando a relevância direta dessas obras para os temas centrais da pesquisa, que incluem a relação entre “antimaçonaria”, anticomunismo, antissemitismo e integralismo. As obras escolhidas são *Judaísmo, Maçonaria e Comunismo* e *A História Secreta do Brasil* na sua plenitude. A seguir, explico o processo de seleção desses textos:

*Judaísmo, Maçonaria e Comunismo*, de Gustavo Barroso, explora diretamente os temas de maçonaria, comunismo e suas conexões. A análise deste texto é vital para compreender como Barroso contribuiu para a construção e articulação da narrativa

anticomunista e antimaçônica na época. Além disso, estabelece uma relação direta com o trecho do Plano Cohen que menciona a maçonaria, permitindo uma análise comparativa.

*A História Secreta do Brasil*, do mesmo autor, oferece uma visão geral da História do Brasil. A seleção dos volumes específicos será baseada em sua relevância direta para os temas da pesquisa, ou seja, aqueles que incluem conteúdo relacionado à maçonaria, comunismo e antissemitismo.

A escolha dessas obras se justifica pela necessidade de compreender os fundamentos que deram origem à narrativa do Plano Cohen, bem como para entender como as ideias de Gustavo Barroso podem ter influenciado a criação desse plano. A análise dessas fontes possibilita uma compreensão mais completa de como as ideias políticas e ideológicas eram disseminadas na sociedade brasileira da década de 1930.

A análise dos textos de Gustavo Barroso será feita em conjunto com o trecho do Plano Cohen que menciona a maçonaria:

Mais adiante dizem as "instruções", ser preciso "interessar as forças maçônicas na campanha, não com o caracter inhabil que tem sido dado á campanha feita ás claras pela maçonaria, fornecendo armas ao integralismo perante os catolicos que não toleram a maçonaria"  
(apud CORREIO DA MANHÃ, 1 out. 1937, p. 3)

Esta análise comparativa permitirá uma investigação aprofundada das conexões entre as obras de Barroso e o Plano Cohen. Essa análise ajudará a esclarecer como o pensamento de Barroso pode ter influenciado a narrativa antimaçônica e anticomunista presente no plano escrito pelo General Mourão Filho, e a construção da narrativa proeminente na época de medo gerado na população.

### **2.5.2 Análise das obras de Gustavo Barroso**

A primeira coisa que partiremos é a análise em suas obras do que Gustavo Barroso enxergava ser a maçonaria, e como esta estaria sendo um meio de instrumentalizar um plano judaico-comunista internacional de dominação mundial.

A maçonaria, como foi mais difundida no Brasil, serviu como uma herdeira da “Ilustração” que aconteceu na Europa. Seus principais trabalhos, tanto no Segundo Reinado quanto na República, se dirigiam a combater a ignorância, as “trevas” do pensamento religioso; Isso se deu através de diversas estratégias, incluindo a fundação de instituições educacionais laicas, a criação de bibliotecas, o engajamento político, entre outras iniciativas. A percepção da

Maçonaria como uma promotora da "ilustração brasileira" despertou desconfiança por parte dos segmentos mais conservadores do Catolicismo brasileiro. Como salientado por Alexandre Barata (1994), as sucessivas condenações da Maçonaria pelos Papas em diversas encíclicas, aliadas aos pronunciamentos e às condenações formais de bispos brasileiros como D. Vital e D. Costa, desempenharam um papel crucial na associação da Maçonaria com ideias subversivas, isso já durante o Segundo Reinado. O caráter secreto da organização, seus rituais, sua estrutura hierárquica, bem como seus ideais liberais, contribuíram para uma imagem contraposta ao conservadorismo predominante na sociedade brasileira. Existem escritos como o de D. Macedo Costa que afirmam que a maçonaria deve ser combatida por conta de três fatores: “moral, por ser intrinsecamente má, em decorrência de seu caráter secreto; religioso, por ser o anticristianismo organizado (...); e social, por ser um poderoso instrumento de desorganização social” (COSTA, 1873, s.d. in BARATA, 1994, p. 87). Escritos como este, nos mostram que este caráter da maçonaria como “instrumento de desorganização social” e “anticristão” mais tarde levariam à associação, por parte dos mesmos setores conservadores, da maçonaria com o comunismo, tendo em vista que Barroso mesmo faz diversas associações do Comunismo como sendo uma “mera etapa do gigantesco duelo personificado por dois princípios: o cristianismo integral e a anti-igreja” (BARROSO, 1937a, p. 212)

Em *História secreta do Brasil*, podemos ter uma breve noção do pensamento de Barroso sobre a maçonaria e como esta, segundo o autor, estaria envolvida em eventos de caráter “subversivo”. Mais adiante, Barroso faz uma menção à maçonaria como uma ferramenta de um plano judaico na Revolução Francesa em 1789: “Quem assoprara o fogaréu que lavrava em Paris, iluminando o vulto sinistro da guilhotina regicida? O judaísmo revolucionário, manejando as sociedades secretas. Entre elas, no primeiro plano, a maçonaria(...)” (BARROSO, 1937a, p. 176). Podemos observar que é impossível compreender o posicionamento antimaçônico de Barroso sem compreendermos qual é a síntese de seu pensamento antissemita. No livro, o autor expõe que os maçons servem como uma ferramenta para os interesses judaicos internacionais. Em *Judaísmo, maçonaria e comunismo*, Barroso defende que haveria um plano de dominação mundial por parte dos judeus seguidores do Talmud:

Durante séculos se tem dito e escrito que os chefes ocultos do povo de Israel se reúnem em certas datas, misteriosamente, na cidade de Praga, afim de deliberar sobre seu plano de domínio do mundo. Os israelitas desmentem essa versão (...) O mesmo tem eles feito em relação aos provadíssimos crimes rituais e aos mais do que provados “Protocolos dos sábios de Sião” (BARROSO, 1937b, p. 149)

O livro citado acima, *Os protocolos dos sábios de Sião*, é um livro antissemita que também buscava denunciar um plano de dominação mundial dos judeus, por meio de “protocolos” vazados de encontros de lideranças seguidoras do Judaísmo Talmúdico. O mesmo livro foi citado pelo líder nazista Adolf Hitler para justificar as suas ideias higienistas e antissemitas: “Os ‘Protocolos dos Sábios de Sião’, tão detestados pelos judeus, mostram, de uma maneira incomparável, a que ponto a existência desse povo é baseada em uma mentira ininterrupta.” (HITLER, 1925, p. 292). Em 1936, em um capítulo de sua tradução dos protocolos, Barroso inclusive escreve que:

O comunismo, que decorre deles e é o coroamento da obra judaica, ameaçou subverter o mundo. A civilização cristã, antes de Mussolini e de Hitler, quase levou a breca. Tudo isso advertiu o mundo do perigo judaico. E o anti-judaísmo abrolhou por tôda a parte como uma reação defensiva natural e necessária. (BARROSO, 1936, p. 61)

Para que não restem dúvidas, as denúncias de fraude dos Protocolos já estavam sendo expostas há pelo menos 15 anos por jornalistas, quando Barroso publica sua tradução da obra. Rosenfeld (1976) conta que, em 1921, um correspondente do *The Times*, jornal que estava empreendendo uma investigação sobre a autenticidade dos protocolos, adquire um livro russo que mais tarde se descobriu ser uma obra crítica a Napoleão intitulada *O Diálogo no Inferno entre Maquiavel e Montesquieu*. Qual não foi sua surpresa ao observar que os “protocolos” eram uma cópia, quase descarada, deste livro de 1876, escrito pelo francês Maurice Joly e que mais tarde se transformaria em um livro antissemita totalmente não correlato com a obra original. Motta comenta que:

(...) há fortes indícios de que os “Protocolos” tenham sido forjados por encomenda da OKHRANA, polícia política do Estado czarista russo, interessada em mobilizar os setores sociais mais atrasados contra as aspirações reformistas e revolucionárias. (MOTTA, 1998, p. 103)

Em suma, o suposto plano do judaísmo internacional envolveria o uso da Maçonaria como disfarce para promover os interesses judaicos e sua preponderância. Gustavo Barroso utiliza uma retórica fortemente carregada de conotações negativas ao se referir à maçonaria e à influência judaica. As expressões como “mão oculta” e a menção de uma suposta conspiração judaica sugerem a ideia de que forças obscuras estariam manipulando a maçonaria e outros grupos para atingirem seus objetivos. Essa retórica contribui para a construção de uma narrativa de conspiração que envolveria maçonaria, judaísmo e comunismo. Nesta “imensa” conspiração, o comunismo é visto como sendo um instrumento para destruir a civilização cristã e facilitar a dominação judaica. Em *O integralismo de norte a sul*, Barroso afirma: “O verdadeiro criador

do comunismo marxista é o velho materialismo judaico que vem desde muitos centenários solapando os alicerces da civilização cristã.” (BARROSO, 1934, p. 40). Podemos observar que é inseparável em suas obras a relação entre o “Judaísmo-maçom” e o comunismo, inclusive quando comenta sobre um cortejo de 14 de julho em Paris, aniversário da queda da Bastilha: “A nata do judaísmo ia de braço dado nas filas da chamada Frente Unica<sup>7</sup>. (...) Essa parada foi a confissão de público de que o comunismo, a maçonaria e o judaísmo estão unidos na mesma luta, para os mesmos fins” (BARROSO, 1937b, p. 166)

O autor inclusive aponta que os homens que ocupam os graus mais altos da maçonaria não teriam a menor ideia do que se passa na esfera do *Governo oculto do mundo*, sendo, assim, *as maiores vítimas desse conto do rabino* (BARROSO, 1937b, p.199-201)

Haveria então, para Gustavo Barroso, um plano de dominação mundial envolvendo autoridades judaicas que utilizariam do comunismo para solapar a civilização ocidental. Há citações do autor que apontam os comunistas como meras ferramentas do Judaísmo internacional:

Esta carta do velho Baruch<sup>8</sup> é o resumo dos "Protocolos". Ela explica todos os mistérios do mundo atual, sobretudo aquilo que muita gente não quer admitir, se recusa a acreditar, a ligação entre o capitalismo internacional e o comunismo internacional. Ambos são as duas faces, verso e anverso, do Judaísmo internacional. Lenine declara o comunismo com todas as letras - "Capitalismo de Estado". Quem se apossar do Estado se apossará desse capitalismo, além de toda a força política. Vêde como Baruch aconselha o judeu a tomar conta do Estado, utilizando o proletariado. Póde haver nada mais claro? (BARROSO, 1937b, p. 168)

Para Barroso, o comunismo teria sido criado pelos judeus para ser o “remédio” contra o capitalismo, também criado pelos judeus. Segundo o autor, ambos atentariam contra a propriedade, a família, a pátria e Deus (BARROSO, 1937b, p. 68). Gustavo Barroso faz uma distinção entre o capitalismo e a propriedade, caracterizando o capitalismo como uma falsificação da propriedade genuína. O autor argumenta que o capitalismo e a propriedade são fundamentalmente opostos e que o cristianismo representa a defesa da propriedade, que estaria sendo atacada pelo capitalismo e pelo comunismo. Nesse contexto, a maçonaria é mencionada como uma entidade que estaria sendo manobrada pelo judaísmo por meio de sua "mão oculta." Isso sugere que, na visão de Barroso, a maçonaria estaria sendo instrumentalizada por forças

---

<sup>7</sup> A "Frente Única" referia-se a uma coalizão política de esquerda na França, que foi formada como resposta à ascensão do fascismo na Europa e à ameaça representada pelos movimentos políticos de direita. Essa coalizão incluía o Partido Comunista Francês (PCF), os socialistas, os sindicatos e outros grupos de esquerda.

<sup>8</sup> A carta aqui referida é uma suposta carta de um judeu chamado Baruch Lévy à Karl Marx, é um trecho dos “Protocolos dos sábios de Sião”.

externas, como parte de um esforço para minar a propriedade e os valores cristãos (BARROSO, 1937a, p. 531). Em seu livro *Judaísmo, maçonaria e comunismo*, Barroso expõe:

O plano se desenvolve em duas frentes de batalha: **capitalismo e comunismo**. O capitalismo destrói a propriedade pelo açambarcamento, pelo aumento de impostos em consequência dos empréstimos dos banqueiros, (...) Destrói a pátria pelo cosmopolitismo, pelo internacionalismo, pelo esquecimento proposital da tradição. Destrói a família pelo luxo, pela vida fóra do lar, (...) Destrói a religião pelo materialismo, pelo ateísmo, necessários para adormecer as consciências carregadas de remorsos. Escravizando as massas, assopra-lhes uma doutrina de desespero, cujo sortilegio da igualdade e divisão dos bens as atrai e leva a serem a força inconsciente com que o comunismo conclui e coroa a obra do capitalismo: fim da propriedade, da família, da pátria e da religião. (BARROSO, 1937b, p. 60)

Ou seja, tanto o comunismo quanto o capitalismo serviriam apenas aos judeus para solapar e destruir a sociedade ocidental, ignorando as dinâmicas e particularidades desses sistemas econômicos, reduzindo-os apenas a meros instrumentos judaicos. Barroso estabelece uma comparação entre o comunismo e o liberalismo em seu livro. O autor argumenta que o liberalismo desempenhou um papel fundamental ao criar o clima propício para o surgimento e desenvolvimento do individualismo capitalista, o qual, por sua vez, seria o caldo de cultura das piores influências sociais, incluindo o comunismo. Essa visão sugere que Barroso via o liberalismo como um precursor do comunismo e atribuía ao judaísmo e à maçonaria a responsabilidade por esse processo. (BARROSO, 1937b, p. 65).

Em *História secreta do Brasil*, Barroso menciona que "maçons e liberais" agiriam juntos, muitas vezes inconscientemente influenciados pelo judaísmo. Descreve a maçonaria como um dos grupos envolvidos em atividades que teriam depreciado a autoridade do Imperador D. Pedro II e, portanto, teriam minado a estabilidade de seu governo. Isso sugere uma visão crítica da maçonaria como um ator que desempenha um papel prejudicial na sociedade, influenciado por forças obscuras e mesmo satânicas:

“A quem interessa conduzir elite e povo a tamanha degradação? A resposta a esta pergunta deve indicar, logicamente, os autores ocultos desses fermentos anti-sociais, anti-nacionais e anti-humanos (...) inoculados com diabólica habilidade, que cria "miragens insidiosas para desviar do bom caminho as almas que procuram orientar-se por qualquer ideal místico. Essas miragens são, para a gente capaz de ser fanatizada, o satanismo místico no campo religioso, o comunismo no campo social.” (BARROSO, 1937a, p. 585)

Ainda analisando o contexto em que o autor está inserido, não saem de suas análises a sua principal inimiga política, a ANL, sobre a qual Barroso afirma: “Quando com grande estardalhaço apareceu no Brasil a aliança nacional libertadora nós a denunciemos pela imprensa

à nação como uma máscara que disfarçava a ação internacional dos soviéticos.”. (1937b, p. 42).

Ainda mais adiante, Barroso também aponta que:

Depois que o comunismo tomou a máscara de Aliança Libertadora, foi fácil ir aos poucos verificando como o judeu age por trás desse biombo transparente (...). A oportunidade foi excelente para chamar a atenção sobre a ação dos indivíduos que usam o nome de **Rabelo**. Os mais famosos no momento são eles: o general Manuel Rabelo, positivista de quatro costados, que ainda crê na Filosofia Positiva de Augusto Comte; o professor Castro Rabelo, que age subterraneamente na Faculdade de Direito do Rio; e o professor David Rabelo, que tomou atitude em Minas pró Aliança, esquecido da Camisa-Kaki que vestiu, quando formou nas fileiras outubristas do falecido sr. Chico de Campos... Por que essas três criaturas, tão afastadas no tempo e no espaço, tão diferentes entre si, se uniam e se parecem? E' a voz do sangue ancestral que os obriga a agir assim. A sua raça judaica, que ainda se nota nas suas feições e em outras características pessoais, não pôde permitir que fiquem indiferentes deante dum movimento que vise entregar a pátria às garras do judaísmo internacional. (BARROSO, 1937b, p. 118).

Neste trecho é possível observar a relação estabelecida por Barroso entre a ANL e os judeus. Além disso, é também curioso observar todo o antissemitismo em torno do sobrenome Rabelo. Em seguida, o autor inclusive irá demonstrar como este sobrenome tem origem em uma tradição da idade média, quando os judeus “puros” eram identificados com uma espécie de “rabo” feito de tecido. Esta maneira de identificá-los teria dado origem à expressão “judeu de rabo” ou “judeu rabelo”. Barroso liga este sobrenome ao comunismo internacional.

Por falar em sobrenomes, o nome do Plano Cohen tem muito a nos revelar quanto à construção da “ameaça” comunista e à busca de elementos que o tornassem plausível à sociedade brasileira ou setores dela. Não é coincidência que “Cohen” fosse um sobrenome comum entre as comunidades judaicas. Conta-se também que “inicialmente, Mourão Filho assinalou Bela Kuhn como o autor do plano. Era o nome de um conhecido comunista europeu de origem judaica, líder da fracassada Revolução húngara de 1919.” (MOTTA, 1998, p. 100). Neste contexto Kuhn e Cohen seriam nomes iguais, segundo o próprio Gustavo Barroso: “Há um certo sabor judaico no nome do chefe da expedição, que a tradução alemã de Barlaeus chama Kühn (...). Todos os entendidos na onomástica israelita sabem de fonte limpa que essas fórmulas correspondem ao hebraico Cohen.” (BARROSO, 1937a, p.71).

Apesar da relação estabelecida por Barroso entre comunismo e judaísmo, Eva Alterman Blay destaca que apenas alguns imigrantes que aderiram ao PCB nos anos 20 e 30 eram judeus.: “Boa parte dos militantes comunistas são imigrantes, alguns dos quais são judeus (...). Os imigrantes europeus tinham trazido uma experiência sindical antiga e uma vivência partidária que já atingira patamares mais organizados”. (BLAY, 1989, p. 108)

## 2.6 CONSEQUÊNCIAS DO PENSAMENTO ANTI-MAÇÔNICO APÓS A DIVULGAÇÃO DO PLANO COHEN

Logo após a divulgação do Plano Cohen, o senado aprova a declaração de estado de sítio que Vargas impõe. O presidente havia prometido a Plínio Salgado um cargo no Ministério da Educação. Porém, ao suplantando o seu Estado Novo, com a ajuda dos próprios integralistas, não faz isso, deixando a Plínio e aos integralistas um sentimento de traição em relação à Vargas, o que mais tarde irá levar a um levante integralista, que não leva a grandes consequências ao regime (NETO e GONÇALVES, 2020, p. 68).

Apesar de os integralistas não participarem do governo, sua literatura e pensamentos contidos no plano Cohen continuam dando combustível à sociedade civil e política para uma campanha de caça ao comunismo. A própria ANL já havia sido posta na ilegalidade em 1935. O que se segue é uma busca dos elementos “subversivos” apontados no Plano Cohen e pelo próprio Barroso. Na data de 24 de Outubro de 1937 o jornal *Gazeta de notícias* estampa a primeira página com a notícia:

Fechada a maçonaria. Numa das últimas reuniões da Comissão que superintende a execução das medidas decorrentes do estado de guerra, o general Newton Cavalcante lembrou como a propaganda comunista tem-se aproveitado, no mundo inteiro, das organizações secretas, sendo o mais recente exemplo de eficiência desse methodo a cruel guerra que ensanguenta a Hespanha<sup>9</sup>. Dispondo-se a dar um combate sem tréguas a todos os meios de propaganda comunista, propôs o general Newton Cavalcante e a Comissão resolveu mandar fechar todas as sociedades de character secreto inclusive as lojas maçônicas, pois ha provas de perigosa infiltração de comunistas na maçonaria Até que, em inquerito regular, seja apurada a extensão da infiltração alludida e annullados os seus responsáveis, ficarão essas organizações fechadas. (*Gazeta de notícias*, 24 out. 1937, p. 1)

Este é somente um dos exemplos dos tantos jornais que circularam, tanto na esfera regional quanto na esfera nacional, entre as datas de 23 a 29 de outubro, comentando sobre a

---

<sup>9</sup> Helen Graham nos conta em seu livro *Guerra Civil Espanhola* que tal conflito foi iniciado com um golpe militar, feito para deter a democracia política de massas iniciada sob o impacto da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa. Segundo a autora, o levante militar contra a ordem democrática da Segunda República da Espanha se equipara aos golpes de Estado Fascistas que ocorreram na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler, que também ocorreram para frear processos de mudanças sociais no país (GRAHAM, 2013, p. 11). Vale a pena ressaltar, como aponta o trabalho de João Henrique Negrão, que as notícias sobre a Guerra Espanhola que veiculavam no país apontavam os “comunistas” como os grandes vilões da guerra, e apontavam que o Brasil poderia ser o próximo a passar por tais atrocidades. Essas notícias, grande parte das vezes, eram manipuladas pelo aparato de censura varguista, para reforçar ainda mais a ideia de anticomunismo que apontava Vargas como “O salvador do Brasil” (NEGRÃO, 2005, p. 22).



proibição e o fechamento das lojas maçônicas ao redor do país. Jornais estes que muitas vezes carregavam este forte sentimento anticomunista de relacionar o comunismo à maçonaria, colocando ambos a serviço do “judaísmo internacional”. O Coronel Amaro de Azambuja Villanova, comandante da 7ª região militar de Recife, comenta em uma matéria capa do *Jornal do Recife* em 23 de Outubro de 1937 sobre a decisão de fechamento das lojas maçônicas:

A maçonaria é, como o comunismo, uma arma do sionismo. Estou convencido que a quase totalidade, senão a totalidade dos maçons brasileiros, ignoram que sob a capa de Igualdade, Fraternidade, Humanidade a maçonaria não passa de uma organização destinada, exclusivamente, a batalhar pelo supremo interesse do judaísmo: o domínio do mundo. (*Jornal do Recife*, 23 out. 1937, p. 1)

A isto podemos associar tanto a propagação das ideias de Barroso, quanto podemos observar a influência que os militares tinham em relação a este novo medo da sociedade, que cada vez mais parecia estar atemorizada por esta conspiração judaico-maçom que rondaria o Brasil e serviu para a consolidação do Estado Novo de Vargas.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AIB, liderada por Plínio Salgado, apresentava-se como um movimento político de à direita que compartilhava dos mesmos ideais autoritários e nacionalistas do governo varguista. Os integralistas contribuíram para a criação de um clima de polarização política e para a disseminação da narrativa do perigo comunista, enfatizando os aspectos conspiratórios e subversivos atribuídos aos comunistas. O antissemitismo, presente em suas obras, serviu como bode expiatório para atribuir culpa a um grupo seletivo de pessoas, atribuindo-lhes toda sorte de teorias, reforçando estereótipos negativos e promovendo uma visão conspiratória da influência judaica. Este antissemitismo foi incorporado ao anticomunismo, como se este lhe fosse inexorável, o que foi uma retórica perfeita quando o Plano Cohen precisou ser difundido pela população. O papel discriminatório que a AIB já havia realizado na sociedade brasileira dos anos 30 teve seu “clímax” com a divulgação da farsa feita por Olímpio Mourão Filho.

A análise das obras de Gustavo Barroso, sobretudo sua visão sobre a maçonaria, o judaísmo e o comunismo, revela um quadro complexo de teorias conspiratórias e preconceitos enraizados. Barroso acreditava que a maçonaria era um instrumento nas mãos do que ele via como um plano judaico-comunista internacional de dominação mundial. Suas obras propagavam uma visão fortemente antissemita e anticomunista, alegando que o comunismo e

o capitalismo eram controlados pelos judeus e que ambos os sistemas visavam destruir a civilização cristã.

As ideias e discursos propagados por Gustavo Barroso e outros intelectuais antissemitas da época refletem um período de intensas mudanças políticas, sociais e ideológicas que marcaram a história brasileira. Ao analisar as obras de Barroso, somos capazes de desvendar as raízes do anticomunismo, do integralismo e do antissemitismo no Brasil e como esses elementos estavam interligados em sua visão de mundo. Este estudo busca abrir uma discussão sobre como esses fenômenos históricos podem lançar luz sobre as dinâmicas políticas contemporâneas. O anticomunismo e o integralismo, abordados nesta pesquisa, são temas que ressoam na política brasileira atual. Compreender as origens históricas dessas ideologias extremistas e seu papel na construção do imaginário político brasileiro é fundamental para analisar o contexto político atual.

Vemos atualmente um ressurgimento de ideologias autoritárias, ultranacionalistas e intolerantes em todo o mundo, e o Brasil não é exceção. O estudo das ideias de Gustavo Barroso e de outros pensadores antissemitas e anticomunistas do passado fornece percepção sobre como essas ideologias podem ganhar terreno em momentos de incerteza e polarização política. Portanto, a análise histórica de Barroso e seus contemporâneos não é apenas uma exploração do passado, mas uma ferramenta valiosa para entender as forças que moldam o presente e podem influenciar o futuro da política brasileira

## REFERÊNCIAS

### FONTES:

BARROSO, Gustavo. **Judaísmo, maçonaria e comunismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1937a.

BARROSO, Gustavo. **História Secreta do Brasil. (Vol. único)**. Águia do Sul, 2023. [ Original: 1937b ].

BARROSO, Gustavo. **Os Protocolos dos Sábios de Sião**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S/A, 1936.

BARROSO, Gustavo. **O Integralismo de Norte a Sul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1934.

BRASIL, **Lei nº 38, de 4 de Abril de 1935**. Define crimes contra a ordem política e social. Diário Oficial da União - Seção 1 - 28/6/1935, Página 13977 (Republicação). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>

BRASIL, **Lei nº 136, de 14 de Dezembro de 1935**. Modifica varios dispositivos da Lei n. 38, de 4 de abril de 1935, e define novos crimes contra a ordem política e social. Diário Oficial da União - Seção 1 - 14/12/1935, Página 26990 (Publicação Original) Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-136-14-dezembro-1935-398009-publicacaooriginal-1-pl.html>

CORREIO DA MANHÃ, Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 02 de Março de 2024.

GAZETA DE NOTÍCIAS, Rio de Janeiro, 24 de Outubro de 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 27 de Março de 2024.

HITLER, Adolf. (1983). **Mein Kampf**. São Paulo: Editora Moraes [original: 1924]

JORNAL DO RECIFE, Recife, 23 de Outubro de 1937. Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>. Acesso em 27 de Março de 2024.

VARGAS, Getúlio Dorneles. Discurso na Assembleia Nacional Constituinte, a 15 de julho de 1934. **Arquivo Getúlio Vargas**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, s/d

#### **LIVROS E ARTIGOS:**

ARANTES, Vinícius Dos Santos. As disputas políticas e os conflitos entre integralistas e antifascistas através da imprensa bauruense (1934-1937). In: XXV Encontro Estadual de História da ANPUH - SP, 2020, São Paulo. **Anais Eletrônicos do XXV Encontro Estadual de História da ANPUH-SP**, 2020.

BLAY, Eva Alterman. INQUISIÇÃO, INQUISIÇÕES: Aspectos da participação dos judeus na vida sócio-política brasileira nos anos 30. **Tempo Social**, v. 1, p. 105-130, 1989. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83335>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre Práticas e Representações**. Difel, 2002.

DANTAS, Elynaldo Gonçalves. PALIMPSESTO ANTISSEMITA: DESCONSTRUINDO O PLANO COHEN. **Revista Escritas**, [S. l.], v. 6, n. 1, 2014a. DOI: 10.20873/vol6n1pp%p. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/escritas/article/view/1431>. Acesso em: 18 mar. 2024.

DANTAS, Elynaldo Gonçalves. **Gustavo Barroso, o führer brasileiro: nação e identidade no discurso integralista barrosiano de 1933-1937**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014b. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/19970>

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Editora FGV, 2020.

HENRIQUES, Affonso. **Vargas, o maquiavélico**. São Paulo : Palácio do Livro, 1961.

LEVINE, Robert M.; BARBOSA, Raul de Sá. **O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938**. Nova Fronteira, 1980.

MEZZARROBA, Orides. Produção Discente: Plano COHEN: a consolidação do anticomunismo no Brasil. **Seqüência Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 13, n. 24, p. 92–101, 1992. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/16143>. Acesso em: 17 fev. 2024

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O mito da conspiração judaico-comunista. **Revista de História**, n. 138, p. 93-105, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18845/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil república: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2018.

PANDOLFI, Dulce Chaves. A Aliança Nacional Libertadora e a Revolta Comunista de 1935. *In*: Raul Mendes Silva; Paulo Brandi Cachapuz; Sérgio Lamarão. (Org.). **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004a, v. , p. 175-182.

PANDOLFI, Dulce Chaves. O Golpe do Estado Novo (1937). *In*: Raul Mendes Silva; Paulo Brandi Cachapuz; Sérgio Lamarão.. (Org.). **Getúlio Vargas e seu tempo**. Rio de Janeiro: BNDES, 2004b, v. , p. 183-188

PANDOLFI, Dulce Chaves. Censura no Estado Novo. **Revista Concinnitas**, v. 2, n. 33, p. 103-113, 2018. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/concinnitas/article/view/3985>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ROSENFELD, Anatol. **Mistificações literárias: “Os Protocolos dos Sábios do Sião”**. São Paulo, Perspectiva, 1976.